

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM QUARAÍ, RS: UMA CONTRIBUIÇÃO À IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO LOCAL

Grasiela Tebaldi Toledo

RESUMO

O presente artigo apresenta uma revisão das pesquisas arqueológicas realizadas no município de Quaraí-RS, inseridas no Projeto Salamanca, desenvolvido no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM). Os trabalhos pesquisados apresentam-se sob forma de teses, dissertações, monografias e alguns artigos, ou seja, são pesquisas já desenvolvidas que contam com resultados importantes para a sistematização das informações a respeito da arqueologia na fronteira sul-rio-grandense. Essa revisão objetiva caracterizar Quaraí, localizada na região fronteira do Estado, como um território patrimonial, isto é, através da cultura material, analisada pelo viés arqueológico, percebe-se como a região possui diversos patrimônios que se relacionam espacialmente e que devem ser divulgados de forma mais sistemática para a comunidade científica e regional. Conceituações, definições e problemáticas a respeito das noções de patrimônio cultural são desenvolvidas contextualizando a discussão sobre o patrimônio arqueológico da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Essa discussão gerou uma compilação dos resultados obtidos com as pesquisas arqueológicas de Quaraí, demonstrando como o município pode ser caracterizado como um território patrimonial, uma vez que se buscou a identificação do patrimônio local através da noção territorial de continuidade histórica. Assim, concluiu-se que Quaraí tem um grande potencial arqueológico e histórico que deve ser amplamente divulgado para a comunidade local através dos preceitos da Arqueologia Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia, Patrimônio, Quaraí

ABSTRACT

This article presents a review of archaeological research conducted in the municipality of Quaraí/RS, inserted in the Salamanca Project, developed at the Laboratory of Archaeological Studies and Research, Federal University of Santa Maria (LEPA-UFSM). The research reviewed are presented in the form of dissertations, monographs and some papers, ie research are already developed that rely on important results for the systemati-

zation of information about archeology at the southern border of Rio Grande do Sul. This review aims to characterize Quaraí, located in the border region of the state, as a heritage area, in other words, through material culture, analyzed by an archaeological, it is perceived as the region has many heritage that are related spatially and should be disclosed more systematically to the scientific community and regional levels. Concepts, definitions and problems concerning the concepts of cultural heritage are developed contextualizing the discussion of the archaeological heritage of the border west of Rio Grande do Sul. This discussion led to a compilation of the results obtained in the study of archaeological Quaraí, demonstrating how the town can be characterized as a patrimonial territory, since it sought to identify the local heritage through the territorial notion of historical continuity. Thus, it was concluded that the city of Quaraí has great potential archaeological and historical it should be widely disseminated to the local community through the precepts of Public Archeology.

KEYWORDS: Archaeology, Heritage, Quaraí



INTRODUÇÃO

O Município de Quaraí, localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com Artigas no Uruguai, já foi alvo de muitas pesquisas arqueológicas e históricas, devido à grande presença de sítios arqueológicos e também à importância histórica e geográfica para o Rio Grande do Sul e o Brasil. Durante o século XVIII e XIX essa região foi palco de diversos conflitos e tratados pela posse de terras, local de constante litígio entre brasileiros, castelhanos e indígenas.

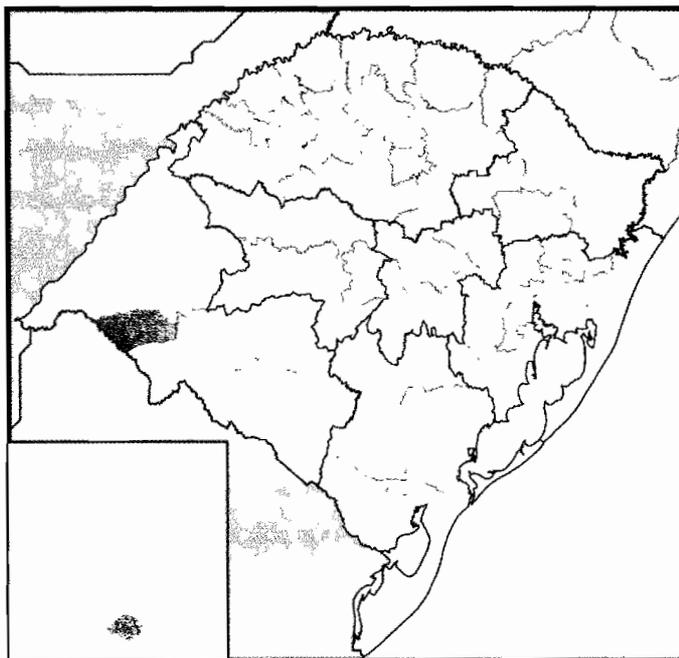


Figura 1 Município em destaque no mapa – Quaraí-RS. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Quarai.svg

Acesso em 07 de junho de 2011.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Quaraí serão apresentadas nesse artigo, bem como a apresentação dos desafios que se impõe para que os resultados dessas pesquisas sejam comunicados para a comunidade local.

O objetivo geral do artigo é apresentar de forma sistemática os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas em Quaraí/RS, demonstrando a potencialidade patrimonial existente no Município que deve ser explorada também de forma didática.

Pode-se afirmar que a preocupação com a comunicação mais abrangente do conheci-



mento gerado pela Arqueologia insere-se na linha da Arqueologia Pública, ou seja, uma Arqueologia que busca atender a função social do arqueólogo. “Pensar a função social da arqueologia é pensar o uso, a apropriação por parte do público não especializado do conhecimento produzido pelo arqueólogo em razão de suas pesquisas acadêmicas ou preventivas” (BASTOS, 2007: 22).

A discussão em torno da Arqueologia Pública, entendida como uma Arqueologia voltada para o público em geral e que busca um engajamento social por parte do arqueólogo, torna-se necessária e oportuna para uma reflexão contínua e permanente sobre os rumos da Arqueologia Brasileira (OLIVEIRA, 2005:120).

Arqueologia Pública, defendida por Fernandes (2007:2), é uma Arqueologia “capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade atual afim de que ambas alcancem o patamar necessário para se beneficiarem da troca de conhecimentos”. Assim, para este estudo compreende-se a Arqueologia Pública da seguinte maneira:

(...) um campo de pesquisa, debate e aplicação da Arqueologia, destinado a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina (legislação, gestão, ética e educação), almejando garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, bem com, defender os interesses profissionais, científicos e públicos da Arqueologia (FERNANDES, 2007:31).

Dessa maneira, a Arqueologia Pública deve estimular o envolvimento da sociedade na reflexão sobre as concepções de identidade, de suas construções histórica e cultural, processo este que se dará pela inclusão e participação ativa da sociedade na construção do conhecimento arqueológico.

Isto significa que a Arqueologia, assim como qualquer Ciência Humana e Social, possui um comprometimento com a formação de sujeitos históricos ou atores sociais conscientes de seu papel na sociedade em que vivem. Este compromisso questiona a parcialidade da ciência e demonstra a necessidade de envolvimento da Arqueologia com questões em pauta na sociedade atual (FERNANDES, 2007:3).



Outro objetivo é apresentar o Projeto Salamanca, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) em Quaraí, desde 1997, elencando os objetivos já alcançados e analisando ainda quais são os seus desafios. Inseridos no Projeto Salamanca estão vários trabalhos já concluídos e que contam com resultados importantes para o conhecimento arqueológico e histórico da região. Esses resultados foram compilados e sintetizados objetivando organizar o conhecimento gerado sobre os sítios arqueológicos já pesquisados na região. A sistematização dos dados em um único trabalho é importante para a proposta de divulgação do conhecimento produzido para o público geral, já que uma síntese pode ser utilizada como um recurso didático, ou mesmo como já vem acontecendo em outros casos, “servindo de apoio para autores de livro didáticos e paradidáticos” (OLIVEIRA, 2005:120).

Mesmo que os resultados apresentados não sejam originais, a compilação de dados, resultados e a sistematização das pesquisas arqueológicas em Quaraí se torna muito importante para o reconhecimento e divulgação ampla desse patrimônio.

As pesquisas já desenvolvidas podem ser consideradas o ponto de partida na gestão do patrimônio arqueológico, já que é a pesquisa que torna o patrimônio atual e presente na sociedade contemporânea. Segundo Meneses “a arqueologia fornecerá sempre, material para tornar inteligível o fenômeno de transformação das sociedades – e isto seria um caminho fértil para ser explorado na educação” (2007:49).

PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Pode-se traçar uma trajetória do conceito de patrimônio iniciando da sua acepção clássica e mais simples: que patrimônio cultural refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos às gerações futuras. Esse conceito pode e deve ser alargado, redefinido e, principalmente, deve gerar debates e discussões a seu respeito para que sua compreensão seja mais ampla e dessa forma possa abarcar os diversos bens que são e que podem ser considerados patrimônio.

A ideia de patrimônio que vigorou até recentemente era representada quase exclusivamente pela sacralização da memória em “pedra e cal”, expressão já bastante difundida e que mostra bem como a preservação se pautava nos tombamentos e restaurações que atingiam os monumentos arquitetônicos e/ou com valor histórico reconhecido oficialmente. Segundo Nogueira (2007:258), a preservação “privilegiou um repertório de bens cujas expressões culturais hegemônicas conformavam uma tradição europeia – luso-brasileira



– geralmente identificada com o poder constituído”.

Segundo Funari e Pelegrini, essa visão de patrimônio tem como consequência a ideia de que o patrimônio histórico é algo distante, alheio, velho, que não considera os indígenas, os africanos e nada do que se refere à vida cotidiana (2006:7).

Nesse sentido, atualmente, podemos perceber outras noções de patrimônio que se ampliam e se dissolvem de maneira mais plural pela sociedade, pois como afirmam Fortuna, Pozzi e Cândido (2001:9):

Contemporaneamente, a dilatação do conceito de patrimônio possibilitou a atribuição de valor a objetos antes excluídos da esfera da salvaguarda e também os relacionados a parcelas da sociedade com noções diferenciadas do que seja importante preservar e do *como* preservar.

Nesse sentido, a noção de patrimônio supera a preservação de somente prédios públicos ou religiosos muito antigos e se abre para que construções menos prestigiadas fossem reconhecidas como patrimônio, “incluindo-se nesse rol produções contemporâneas e bens culturais de natureza intangível” (FUNARI e PELEGRINI, 2006:32).

Dessa forma, por patrimônio entende-se o conjunto dos elementos históricos, arquitetônicos, ambientais, paleontológicos, arqueológicos, ecológicos, científicos e imateriais para os quais se reconhecem valores que identificam e mantêm a memória. Esses são referenciais do modo de vida e da identidade social, ou seja, um patrimônio pode ser definido como um conjunto de bens, uma reserva de valores. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas.

Assim, para compreender as especificidades do patrimônio arqueológico sem dissociá-lo do patrimônio como um todo, Morais (2006) afirma que o patrimônio arqueológico pode ser entendido como algo potencialmente incorporável à memória local, regional ou nacional, sendo que:

(...) o patrimônio arqueológico compõe parte da herança cultural legada pelas gerações do passado às gerações futuras. Na perspectiva da arqueologia da paisagem, o patrimônio arqueológico inclui alguns segmentos da natureza



onde se percebe uma artificialização progressiva do meio, gerando paisagens notáveis, de relevante interesse arqueológico (MORAIS, 2006:203).

Para Bastos (2007:295) “o patrimônio arqueológico se expressa nos sítios arqueológicos e nos objetos nele contidos, nos seus restos biológicos e até mesmo nos locais selecionados para sua instalação”.

Assim, o trabalho arqueológico, que objetiva preservar o patrimônio cultural, deve ser socialmente responsável, uma vez que “a preservação do passado não se faz apenas salvando e cuidando dos vestígios materiais de culturas pretéritas, mas também ensinando a importância de aprender sobre o passado” (LERNER apud CALDARELLI, 2007:167).

E com isso, pode-se perceber a importância de se discutir os conceitos de patrimônio, e as especificidades do patrimônio arqueológico, para que se articule e proponham-se alternativas para a preservação e divulgação do patrimônio de forma ampla e participativa, contribuindo para a construção de identidades locais mais plurais, onde se valorize a diversidade e a diferença cultural.

Para que a noção de diversidade patrimonial alcance o grande público é preciso que ele participe e se envolva nos projetos de valorização patrimoniais. Mas ao mesmo tempo percebe-se a dificuldade e o quanto é desafiador envolver a comunidade para que esta se sinta integrada com o patrimônio e o perceba como sua herança e parte da memória coletiva do grupo onde vive.

Assim, os estudos realizados na academia devem procurar atingir mais a população e os poderes públicos para que o patrimônio seja preservado em sua diversidade.

É nesse contexto que a metodologia da Educação Patrimonial, juntamente com a musealização dos bens materiais, torna-se muito importante para a aproximação da comunidade em geral e de grupos particulares com o patrimônio cultural que os rodeia.

Algumas propostas podem ser consideradas para que a comunidade de fato se envolva no reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, porém é preciso que haja um espaço para que as atividades ocorram e não se dispersem. Ou seja, não basta uma ação pontual, uma palestra ou uma atividade isolada, mas, sim, é preciso um programa e que isso possa ser perpetuado para as futuras gerações.

O museu é o espaço privilegiado dessas ações e onde os bens materiais estarão sempre visíveis e acessíveis ao público e a comunidade, pois conforme afirma Tamanini:



Na complexa relação museu e sociedade, o museu tem sido visto enquanto guardião dos objetos produzidos por diferentes povos, em distintos períodos históricos. É também a ideia de museu como banco de dados, com um dos suportes da memória, como instituição científica do museu como palco de ações educativas, do museu cenário-exposição (1998:196).

As ações educativas desenvolvidas dentro do museu podem ser conduzidas através da Educação Patrimonial, metodologia esta que foi pela primeira vez discutida no Brasil no I Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, inspirado na metodologia inglesa *Heritage Education*.

A Educação Patrimonial consiste em trabalhar o patrimônio cultural como fonte primária, para levar ao conhecimento, apropriação e valorização desse patrimônio. Dessa maneira, são fortalecidos os sentimentos de identidade e cidadania (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999).

182



Um dos objetivos a ser atingido com o desenvolvimento de experiências com a Educação Patrimonial seria o de transmitir à criança e ao adulto a importância do museu como parte da vida comunitária, local onde se preserva a memória cultural e lugar onde se educa permanentemente pela fonte de imagens, ideias e testemunhos da capacidade criadora do homem em seu processo evolutivo, dado pelos museus (TAMANINI, 1998:204).

Como podemos notar, a Educação Patrimonial foi inicialmente desenvolvida para programas didáticos em museus, sendo que mais recentemente vem sendo trabalhada em escolas e outros espaços.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial ampliou seu campo de atuação, mas muitas vezes é utilizada de forma errônea. Em muitos programas, essa metodologia tornou-se a única forma de aproximação com o patrimônio, não tendo um espaço para a permanência do conhecimento gerado. A Educação Patrimonial não pode ser desenvolvida de forma isolada, deve contar com o espaço do museu ou com instrumentos que garantam um processo permanente de trabalho educacional, como materiais didáticos para professores, cartilhas, exposições itinerantes, entre outros, para que os bens materiais de fato se trans-

formem em herança para uma comunidade. Pois, como afirma Bastos (2007), o patrimônio precisa de um palco-depósito e um palco-vitrine para que seja exibido e preservado de forma sistemática e não só no momento em que atividades de Educação Patrimonial estejam sendo desenvolvidas.

Porém, deve-se deixar claro que a metodologia da Educação Patrimonial é muito importante e não tem problemas em si, mas pode ser insuficiente conforme o local que for desenvolvida. A Educação Patrimonial capacita para melhor usufruto dos bens patrimoniais, mas estes bens precisam estar disponíveis e acessíveis para serem usufruídos, pois como afirma Bruno (2005) “para uma efetiva democratização dos bens culturais é importante a acessibilidade dos lugares da memória”.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial, aplicada corretamente, é um tipo de ação social que torna os bens culturais em fonte primária de um trabalho de ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando afetividades, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais (HORTA, 2000).

A Museologia também é muito importante para esse processo de aproximação da Arqueologia com a comunidade, pois decodifica o conhecimento produzido pelos arqueólogos para a comunidade civil leiga, a qual tem o direito de conhecer sobre o seu passado. A Museologia devolve o saber construído cientificamente em outras áreas e analisa o comportamento humano frente ao seu patrimônio e estabelece procedimentos técnicos e científicos capazes de reverterem este patrimônio em herança e em elemento constitutivo das identidades (BRUNO, 1996). “Assim, é possível identificar que a Arqueologia tem servido, enquanto instrumental científico, para a construção de identidades, por meios de recursos museológicos” (BRUNO, 1996:306). Apregoando em favor da Musealização da Arqueologia, Fortuna; Pozzi e Cândido (2001:10) afirmam que:

Particularmente, consideramos que propostas ligadas à musealização da Arqueologia são oportunas por aliam a devolução do conhecimento ao público leigo com a institucionalização de acervos que permitem garantias para sua salvaguarda e para sua contínua retomada em novas pesquisas científicas.



Percebe-se, com isso, a importância da Musealização da Arqueologia, como um viés de aproximação com o público de forma permanente, ou seja, o acesso constante aos bens patrimoniais permite uma maior apropriação do patrimônio por parte da comunidade.

PROJETO SALAMANCA: OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE QUARAÍ

O Projeto Salamanca – “Resgate Histórico-Cultural do Município de Quaraí através da Pesquisa Arqueológica” foi elaborado pela equipe do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – LEPA-UFSM, no ano de 1996, tendo como objetivo geral reconstituir a história de Quaraí a partir das evidências da cultura material (arqueológicas) realizando uma interface com a História.

Entre os objetivos específicos estava localizar no município locais representativos de sua pré-história e história recente; escavar sítios arqueológicos julgados fundamentais para o conhecimento da pré-história e história locais; envolver a comunidade para que esta possa reconhecer seu passado através de atividades de Educação Patrimonial, como exposição dos materiais escavados, visitas de estudantes às áreas de trabalho dos arqueólogos e também sensibilizar as instituições públicas e privadas do Município para que apoiassem os trabalhos desenvolvidos.

Agora o objetivo é propor alternativas pra que a comunidade se envolva mais efetivamente e conheça o que está sendo pesquisado e quais os resultados dos trabalhos acadêmicos. Pois percebeu-se que os objetivos que não tinham sido alcançados de forma satisfatória foram os que tratavam da Educação Patrimonial, da divulgação das pesquisas, das exposições, da musealização, ou seja, da integração entre academia e comunidade local através da salvaguarda e comunicação do acervo arqueológico para que este se torne herança da população local.

Para isso, foi realizado um levantamento e uma compilação dos resultados que já foram obtidos nas diversas pesquisas empreendidas em sítios arqueológicos de Quaraí. Essa síntese também serve como um instrumento para diversas ações que podem ser propostas no âmbito educativo e informativo. Os sítios pesquisados estão apontados no mapa abaixo – Sítio do Areal, Sítio Saladeiro e Sítio Estância Velha do Jarau.



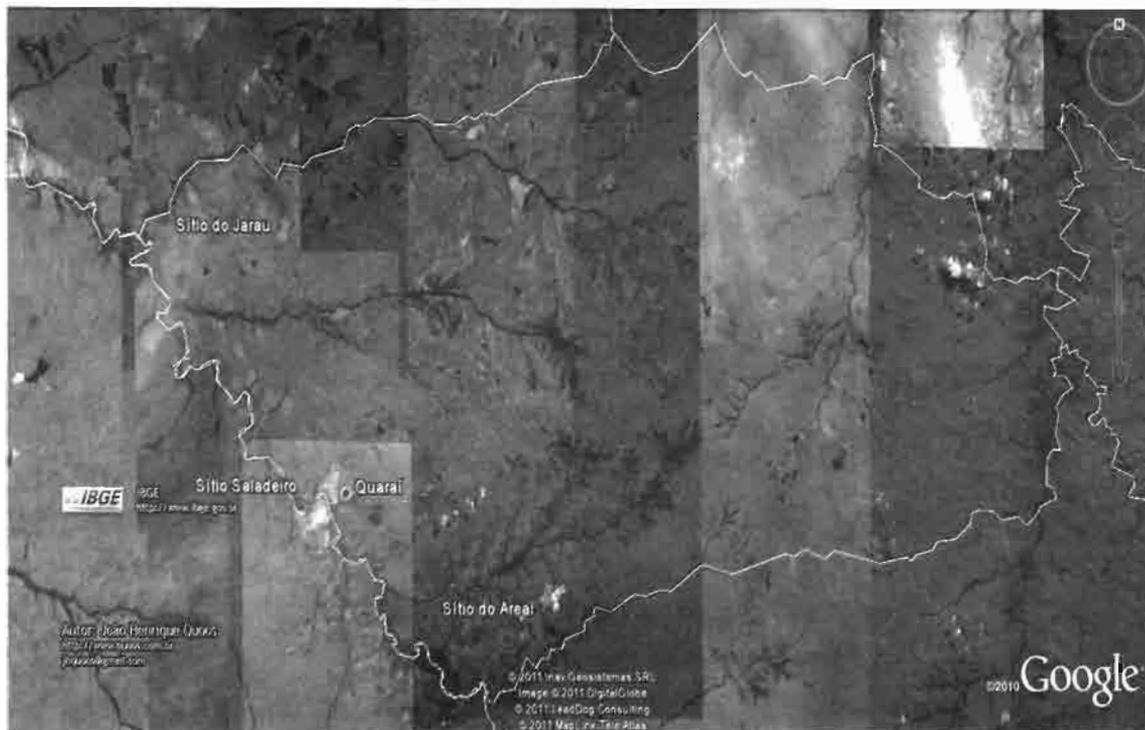


Figura 2 Mapa de localização dos sítios arqueológicos pesquisados em Quaraí-RS.

Fonte: Elaborado por Ricardo Marion através do Google Earth®.

Para a caracterização do sítio Areal são apresentados os resultados obtidos na dissertação de mestrado “O sítio do Areal e a região do Rincão do Inferno: a variabilidade gestual e o modelo locacional para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”, de Lucio Lemes e a monografia de conclusão de curso “Um sítio arqueológico em meio aos areais de Quaraí/RS: uma proposta de interpretação espacial”, de Ricardo Pellegrin Marion. Apesar das pesquisas serem no mesmo sítio arqueológico os resultados são bastante diversos devido à diferença de enfoques e objetivos. Dessa forma, amplia-se o conhecimento relativo ao sítio em questão e, conseqüentemente, o conhecimento arqueológico da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.



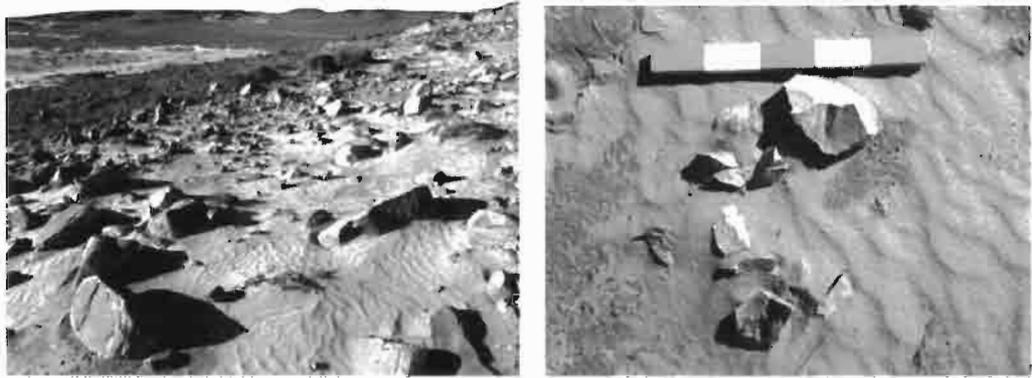


Figura 2 e 3 Sítio Areal – Quaraí-RS. Acervo LEPA-UFSM

A pesquisa de Lemes (2008) contribui para a caracterização da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul como um território patrimonial através das pesquisas arqueológicas e novas abordagens empreendidas na área.

A dissertação apresenta a análise de uma coleção de líticos lascados do sítio Areal, recuperados em uma campanha arqueológica empreendida pelo LEPA em 1999. O estudo prioriza a análise tecnológica e gestual da indústria lítica regional, além de testar o modelo locacional criado por Milder (2000) para a localização de sítios arqueológicos na região denominada Rincão do Inferno, através do fator geo – fundamental para a pesquisa arqueológica.

Assim, esse estudo contribui para a ampliação da análise da indústria lítica da Fronteira Oeste do estado, através de elementos tecnológicos, pois como afirma Lemes “o estudo da cultura material lítica dos sítios de caçadores-coletores da região oeste do Rio Grande do Sul enfatizava apenas os objetos retocados e seus aspectos morfológicos em detrimento dos elementos tecnológicos de sua produção” (2008:14).

A pesquisa de Lemes (2008) utilizou-se da Análise de Padrão Locacional com base em UNDR (Unidade Natural de Design de Revelo) para a localização de sítios arqueológicos na região, sendo que assim foi possível localizar o sítio Areal e sítios nas redondezas, onde inclusive foi localizado um monólito, um bloco de arenito com inscrições rupestres. Na área também foram encontradas cerâmicas da tradição Vieira, mas o material lítico é o mais abundante e foi o alvo específico da pesquisa de Lemes (2008).

Na coleção do sítio Areal foi possível observar a predominância do arenito silisificado, com ocorrências de basalto e calcedônia, além da grande maioria ser composta de



lascas. A coleção de suportes com grande investimento técnico é formado por 14 instrumentos recorrentes. E é nesses instrumentos que a análise é empreendida, pois segundo o autor, eles são uma

(...) categoria estratégica para a compreensão dos conjuntos das indústrias dos demais assentamentos e, também, porque estes instrumentos (chamados por nós de recorrentes, mas tradicionalmente denominado plano-convexo) permitem relacionar núcleos e detritos de lascamento de uma maneira dinâmica (LEMES, 2008:87).

Para Lemes, os instrumentos foram fabricados a partir de suportes lascados e extremamente robustos em suas espessuras, não conservando, em alguns casos, as suas formas primitivas (pois tudo indica tratar-se de reciclagem de instrumentos) (2008:114).

Pôde-se perceber através da análise que os blocos rolados em superfície e os seixos foram preferencialmente selecionados para o lascamento e foram encontrados a menos de 2 km do assentamento central, onde também poderiam sofrer uma redução inicial antes de serem transportados para o sítio. Já no assentamento, os artesãos davam continuidade ao lascamento para finalizar os instrumentos. “A partir desta produção, podemos verificar dois esquemas operatórios que foram amplamente executados: a *debitage* e a *façonnage*” (LEMES, 2008, p. 124). O sistema de *debitage* serve para a exploração dos núcleos, enquanto que a *façonnage* molda volumetricamente os instrumentos.

Como conclusão o autor afirma que sítios associados à Indústria Catalanense e Quaraíense não são duais mas fazem parte de um único grupo cultural de caçadores-coletores que explorou a área, juntamente com a chamada tradição Umbu, à qual o sítio Areal havia sido filiado. Dessa forma, segundo Hoeltz (2005 apud LEMES, 2008:146) “teríamos argumentos suficientes para afirmar que estávamos tratando de um ou vários grupos de caçadores-coletores, portadores de uma mesma tradição tecnológica e cuja produção lítica era motivada para atender diversas tarefas”.

Assim percebe-se como a análise da indústria lítica do sítio Areal é muito importante para visualizar “os métodos postos em prática pelos caçadores-coletores da região oeste do Rio Grande do Sul e assim conhecermos melhor suas tradições e seus saber/fazer” (LEMES, 2008:130).



Também importante para o conhecimento da pré-história regional é a monografia de Marion (2008), a qual analisa a cultura material resgatada nos anos de 1999, 2003 e 2005 para entender a dispersão do material arqueológico no espaço do sítio, definindo três áreas de atividades específicas. O objetivo central do trabalho é:

(...) entender melhor a adaptação ao ambiente e a ocupação da área do sítio arqueológico do Areal pelo grupo caçador-coletor que habitou a região, assim como, o processo de fabricação de seus instrumentos em pedra desde a obtenção da matéria-prima até a utilização e descarte do artefato (MARION, 2008:10).

A pesquisa de Marion iniciou no ano de 2005, quando foram realizadas duas visitas ao sítio do Areal. A primeira visita, em maio, teve fortes ventos e chuvas que possibilitaram a visualização dos maiores agentes perturbadores (ou reveladores) do sítio arqueológico. “Podemos observar como esses elementos climáticos agiam sobre as areias do sítio, deslocando grande quantidade de sedimentos, revelando e escondendo material arqueológico” (MARION, 2008:34).

Já durante a segunda visita ao sítio, em 2005, foi realizado um *survey*, marcando pontos de referência pelo GPS (Sistema de Posicionamento Global) para o estudo da localização das áreas de atividades do grupo caçador-coletor pretérito.

A importância do estudo das áreas de atividades é determinar a funcionalidade dos sítios. Uma área de atividade é uma área onde atividades específicas ocorreram e que podem ser identificadas no registro arqueológico. (JAQUES, 2007 apud MARION, 2008:35).

Essas áreas de atividades desse grupo caçador-coletor dentro do sítio do Areal estão relacionadas a atividades de mineração e produção do instrumental lítico e cerâmico em várias etapas. Desde a obtenção de matéria-prima até sua utilização e descarte (MARION, 2008:36).

Através da análise do contexto atual do sítio do Areal e do material lítico “foram percebidas e delimitadas 3 áreas de atividades específicas: a área de habitação, a área de redução inicial dos núcleos e a área de obtenção de matéria-prima” (MARION, 2008:36).



Depois de identificadas as áreas de atuação, o autor afirma que “cada etapa da cadeia operatória da produção dos instrumentos líticos está ligada a um ponto específico do sítio” (MARION, 2008:46).

Assim temos a área de obtenção de matéria-prima junto ao afloramento de rochas de arenito, de onde originam os núcleos para lascamento. Os núcleos têm, então, sua forma reduzida nas áreas onde foram encontradas as estruturas de lascamento, para posteriormente serem trabalhados de acordo com as necessidades do grupo na produção de instrumentos mais elaborados na área de habitação, delimitada pela atividade de campo de 1999 (MARION, 2008:46).

Para concluir, o autor afirma que ainda há muito por ser feito, devido à diversidade da cultura material atrelada a uma série de fatores ambientais. Novas metodologias e abordagens são possíveis de serem aplicadas para inovar e complementar os trabalhos já realizados, pois como afirma Marion (2008: 48) “a arqueologia é uma ciência em construção contínua, pois a interpretação do passado é relacionada com os contextos do presente, que variam conforme os objetivos do pesquisador”.

Com a apresentação dos resultados desses dois trabalhos percebe-se que as pesquisas são bem específicas, com problemáticas arqueológicas claras, com resultados importantes para o conhecimento da área. E por serem tão importantes não devem ser desperdiçados ficando trancados nos muros das universidades, mas sim é mister que o conhecimento gerado seja decodificado, apresentado e divulgado para a comunidade, leigos em arqueologia, mas cidadãos que têm direito de conhecer seu patrimônio e o passado do local onde vivem.

A cidade de Quaraí, além de ter sítios arqueológicos pré-históricos importantes, conta também com sítios arqueológicos históricos que merecem atenção por se configurarem como patrimônios históricos e arqueológicos fundamentais para a caracterização da área como um território patrimonial, de forma ampla e plural.

Os saladeiros de Quaraí não foram trabalhados de forma sistemática pela Arqueologia, sendo que alguns poucos trabalhos, na forma de artigos, foram publicados com resultados incipientes sobre suas estruturas, seu funcionamento, lendas, memórias e relação com a localização fronteiriça.



No artigo “O Processo de reestruturação econômica no Rio Grande do Sul: aspectos da indústria do charque na fronteira platina”, Volkmer e Milder afirmam que a cidade de Quaraí, através de seus saladeiros, estava inserida num processo de reestruturação da atividade charqueadora do Rio Grande do Sul no final do século XIX. “Trata-se de um período em que o centro de tal atividade desloca-se de Pelotas para o interior do Estado, incrementando-se as técnicas e estrutura das charqueadas” (VOLKMER; MILDER, 2003:1).

Nesse artigo, os autores apresentam as ruínas de dois saladeiros (São Carlos e Novo Quaraí), que são objetos de resgate histórico e arqueológico, inseridos em um contexto no qual todas as charqueadas da região oeste tinham o predomínio de capital estrangeiro e mantinham relação com países vizinhos, dependendo de gado e portos da Argentina ou do Uruguai.

Nesse sentido foi desenvolvido um projeto específico de valorização do patrimônio em Quaraí, sendo que este objetivava além de outras coisas, “fazer um resgate histórico e arqueológico dos antigos saladeiros” (VOLKMER; MILDER, 2003:3). O próximo passo do projeto seria a identificação e análise das estruturas para estabelecer as relações que possibilitaram o funcionamento dos referidos estabelecimentos.

A importância de se pesquisar esses saladeiros também se constitui por ser um estudo que prioriza as charqueadas instaladas após cem anos de produção hegemônica em Pelotas, ou seja, desloca a atenção para a produção do charque desenvolvida em outra região do Rio Grande do Sul, ainda pouco pesquisada em relação a essa temática. Nesse sentido, os saladeiros de Quaraí apresentam diversas peculiaridades devido ao contexto em que foram instalados e iniciaram as suas atividades.

Outra diferença desses saladeiros em relação às antigas charqueadas é que houve a penetração de investimento e investidores uruguaios no Rio Grande do Sul a partir de 1883, alterando a forma administrativa e o capital que circulava nessa produção. Essa característica mostra com a fronteira é um território permeável, onde, apesar dos limites geopolíticos, não há uma barreira, mas sim uma zona de contato permanente.

Em relação às estruturas dos saladeiros de Quaraí, os autores afirmam que havia “estruturas com diferentes funções – bem como os casarões que foram a administração e escritório dos mesmos. A casa que funcionava como ponto de venda de produtos de consumo para os trabalhadores” (VOLKMER; MILDER, 2003:4). Nas margens do rio



Quaraí também foram identificadas as estruturas que possibilitavam o sustento do cabo aéreo que estabelecia a comunicação entre a margem direita do rio Quaraí e a margem esquerda, ou seja, transportava o charque produzido em Quaraí até Artigas, no Uruguai.

Pode-se notar como essa pesquisa ainda é inicial, apontando mais objetivos a serem alcançados pela pesquisa arqueológica, do que de fato resultados, apoiando-se mais no histórico de instalação dos saladeiros, e identificando as potencialidades de interpretação arqueológica.

Mais especificamente sobre o saladeiro São Carlos, Volkmer e Milder escreveram um artigo intitulado “Vida e memória nas ruínas de um saladeiro” no qual apresentam o início de uma atividade de Educação Patrimonial com os moradores do bairro do Saladeiro, onde as ruínas do saladeiro São Carlos estão localizadas.

Com o objetivo de registrar o seu “saber e pensar” acerca de tal cultura material (as ruínas do Saladeiro São Carlos) realizou-se um primeiro contato com os moradores do bairro. Amparados pela técnica da História Oral, procurou-se um diálogo com a comunidade. Nessa etapa da atividade, foram colhidos os relatos da população que reside próximo à área do sítio arqueológico (VOLKMER; MILDER, 2003b:1).

Nessa primeira etapa foram realizadas as entrevistas, sendo que as próximas fases da atividade seriam a análise dos depoimentos para a estruturação de uma proposta de trabalho (palestras, exposições, visitas orientadas) junto às pessoas que participaram da primeira etapa da pesquisa. O objetivo central da atividade desenvolvida junto à comunidade de Quaraí é propiciar aos moradores o reconhecimento de seu patrimônio histórico e arqueológico, considerando suas concepções e interpretações.

Volkmer e Milder (2003b) perceberam que o pensamento comum entre os moradores do bairro do Saladeiro era que, enquanto o saladeiro estava em atividade, Quaraí tinha sido uma cidade próspera, e que atualmente não há mais o progresso e o desenvolvimento anteriores que eram proporcionados pelo funcionamento do saladeiro. Dessa forma, as ruínas são associadas a um passado glorioso, onde o progresso e a riqueza estavam presentes.

As ruínas em Quaraí representam um período em que a cidade era destaque, sendo que a memória desse momento talvez traga a esperança de crescimento econômico, sendo que



os depoimentos dos moradores inserem-se nessa possível interpretação, pois “as ruínas são vistas como expressão de um tempo que deveria ser revivido, símbolo de progresso, emprego e utilização dos recursos da cidade” (VOLKMER; MILDNER, 2003b:2).

Os próprios moradores apontam soluções e alternativas para a reutilização das ruínas, afirmando que é preciso dar uma nova funcionalidade para as estruturas, podendo ser utilizadas como um espaço de entretenimento e lazer.

Em virtude de já haver uma identificação e um reconhecimento das ruínas como algo significativo para a cidade, os autores do artigo apontam que ações de preservação seriam facilitadas. “Nesse ponto, ressalta-se a importância da interação direta entre o meio acadêmico e a comunidade local.” (VOLKMER; MILDNER, 2003b:3).

Com isso percebe-se que o trabalho arqueológico nos saladeiros, baseou-se mais na interação com a comunidade, algo importante para a atual pesquisa, já que é um ponto de partida para que outras atividades venham a ser desenvolvidas dando continuidade a esse projeto. Iniciar um trabalho arqueológico através do contato e entrevistas com os moradores da região é um enfoque fundamental para que o patrimônio arqueológico seja valorizado, preservado e reconhecido como tal. Nesse sentido, pode-se afirmar que as conclusões preliminares dos autores dos artigos apontam potencialidades cruciais para a manutenção da memória e patrimônio local.

Outro sítio arqueológico histórico do município de Quaraí é o sítio RS-Q-17 Estância Velha do Jarau, que já foi alvo de alguns estudos, entre eles a dissertação de mestrado de Flamarion Freire da Fontoura Gomes, intitulada “Aspectos da cultura material e espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828 – 1905): um estudo de caso em arqueologia histórica rural”; a dissertação de mestrado de Juliana Rossato Santi, “Estabelecimento de estâncias: estratégia imposta pela Coroa luso-brasileira na fixação dos limites da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”; a monografia de conclusão de curso de Grasiela Tebaldi Toledo, “A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço: os lugares e as louças no espaço doméstico”; a monografia de especialização de Diele Ilha Thomasi “Metais da Estância Velha do Jarau-Quaraí-RS: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguai no século XIX através da Arqueologia Histórica”.





Figura 4 e 5 Sítio Estância Velha do Jarau – Quaraí-RS. Acervo LEPA-UFSM

A dissertação de Gomes (2001) apresenta uma análise da Estância Velha do Jarau através da Arqueologia Espacial, buscando compreender o sítio e sua relação com o ambiente, sendo que foi realizado um mapeamento das estruturas, identificando suas funções e interpretando o papel econômico e social das mesmas.

Para Gomes (2001) o estabelecimento de estâncias no século XIX na Província de São Pedro originou uma nova estrutura social e econômica baseada na pecuária. Assim,

As estâncias fixadas na Campanha tornaram-se uma referência para a identidade cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Além dos aspectos culturais, as estâncias sintetizaram o desenvolvimento econômico da região, pelo duplo caráter de residência e núcleo produtivo (GOMES, 2001:12).

No que concerne às estâncias, o autor as caracteriza como um estabelecimento rural voltado para uma economia de mercado com base na produção pecuarista, sendo que a criação, principalmente de gado bovino, parece ser a única característica que se manteve imutável ao longo do tempo.

Em virtude da instabilidade da região e das diversas lutas empreendidas entre castelhanos e brasileiros pela posse das terras, pode-se dizer que “nas estâncias da Campanha rio-grandense do século XIX, se organizaram exércitos formados por peões e escravos, que se tornavam soldados, e por estancieiros que incorporavam a função de comandantes” (GOMES, 2001:26).

A estância também pode ser entendida com uma necessidade para os governos e uma



oportunidade para os povoadores. As estâncias do século XIX possuem uma série de edificações, necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, porém caracterizadas por uma arquitetura pobre, com caráter extremamente rudimentar.

As estâncias possuíam um sentido de ordenação do espaço territorial, sendo que com isso originou-se uma má distribuição das terras, resultando em poucos proprietários de grandes extensões de terra em contraposição a maioria de indivíduos em nenhuma, sendo que assim consolidou-se uma sociedade estamental, onde o estancieiro está no topo, amparado na autoridade de patrão, comandante militar e padrinho de um grande número de afilhados.

Outra característica importante dessa sociedade estancieira é o trabalho escravo, compreendendo o homem como meio de produção e como próprio produto. Esse assunto já gerou muitos debates, porém Gomes (2001:46) afirma que “fato é que os escravos também trabalharam nos campos do sul, tivessem ou não certos privilégios, sua presença pode ser considerada ‘marcante’, pois fora uma das formas de trabalho nas estâncias, a escravidão”.

194



Mais especificamente sobre a história da Estância Velha do Jarau, pode-se dizer que se desenvolveu ao longo do século XIX, sendo transferida entre os anos de 1905 e 1907 para a nova sede – Estância Nova do Jarau. Essa segunda estância é uma continuidade histórica da Estância Velha, como se fosse uma extensão material, cultural e cronológica da antiga estância, refletindo um novo momento dentro de um processo histórico que permanece em desenvolvimento, e que passa a conjugar elementos tradicionais com inovadores (GOMES, 2001:61).

A estância teve diversos proprietários, sendo que de forma geral pode-se atribuir o início das construções das longas mangueiras a Maneco dos Santos Pedroso, a atividade pecuarista mais efetiva a Bento Manoel Ribeiro de Almeida e, posteriormente, teria pertencido a Olivério Pereira e a seus herdeiros até os dias de hoje. Atualmente o proprietário das terras é João Carlos Giudice (bisneto de Olivério Pereira).

A continuidade histórica da estância é um fator muito importante para entendê-la como um patrimônio cultural local, já que a Estância Velha do Jarau é um hoje um sítio arqueológico que sofreu intervenção da ciência para poder ser compreendido e poder fornecer informações sobre um passado de grande valor histórico.

As intervenções arqueológicas no sítio iniciaram em 1997, sendo que no trabalho de

Gomes (2001) são apresentados os resultados obtidos nos trabalhos de campo de 1997 e 1999, através da Arqueologia Espacial, buscando compreender as relações da cultura material com suas disposições espaciais pelo terreno.

Gomes (2001:82) aponta as principais estruturas evidenciadas na Estância Velha do Jarau:

Compondo-se de uma casa sede, um galpão, currais, poteiros, cemitério, cacimba, mangueiras, além de uma porteira de pedra que indica o traçado de um antigo acesso à estância, passando pelo caminho por uma tapera, evidenciam-se locais que representam a alteração do ambiente natural por decorrência de atividades humanas que se manifestam via a criação de novos espaços, para ocupações de forma permanente ou regular.

Em relação aos vestígios resgatados nas atividades de campo, Gomes (2001) analisou mais especificamente as louças, afirmando que foi encontrada uma quantidade relativamente pequena de fragmentos de louça, porém ressalta que:

(...) dentro das características do sítio, a mera presença de certos vestígios como a louça, já se torna relevante, tendo em vista o contexto histórico que ressalta as dificuldades de acesso a um comércio mais intenso, evidenciando-se materialmente pela escassez de exemplares (GOMES, 2001:107).

Após uma quantificação das louças e apresentação das diferenças de pasta, esmalte e decorações encontradas, Gomes (2001) afirma que a predominância é de faiança fina, com grande variedade de decorações e técnicas, sendo que “a maioria dos utensílios em louça foram enquadrados para o uso no âmbito doméstico, mais especificamente o de mesa” (GOMES, 2001:120).

Outras conclusões a que o autor chega através das análises das louças é que há uma ausência de uniformidade nos conjuntos, devido às variadas decorações encontradas, sendo que não possuíam a finalidade de ostentação, mas sim tinha um aspecto mais funcional. Percebe-se também que o comércio era pouco intenso, sendo exercido pelo mascate esporadicamente. Outra possibilidade interpretativa é que o material em louça da



estância pudesse ser oriundo das residências urbanas, após a perda de parte do material de um mesmo aparelho de louça (GOMES, 2001:121).

A conclusão final que se apresenta sob este aspecto é a existência de um grupo familiar correspondente à família do estancieiro, que teria acesso econômico a louça, e a hábitos peculiares no uso desta, de forma funcional, sem auxílio de talheres ou com um costume menos intenso na utilização destes (GOMES, 2001:122).

Gomes (2001) afirma que as estâncias têm continuidade histórica até os dias de hoje, sendo que mantém uma economia com na base na pecuária. Com as análises das unidades do sítio buscou-se verificar as reais condições de produção e subsistência do sítio arqueológico, que sendo uma estância, trata de um referencial da cultura do Estado, tanto estudado quanto idealizado, e através da pesquisa espera-se que as estâncias sejam vistas e compreendidas de forma mais fidedigna.

196



Santi (2004) utiliza a Estância Velha do Jarau como exemplo para seu estudo sobre o estabelecimento de estâncias como estratégia da Coroa luso-brasileira na fixação dos limites da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Sua pesquisa está inserida no recorte temporal de 1801 a 1850, período no qual se definem limites territoriais entre Brasil e Uruguai. Esse recorte temporal foi estabelecido pelo Tratado de Badajós (1801) e a Lei de Terras (1850).

A autora considera o estabelecimento de estâncias como fator fundamental para a consolidação da posse das terras, bem como para a demarcação dos limites dos Estados nacionais, assim como são importantes para o processo de sociabilização do espaço fronteiriço.

Santi (2004) em sua pesquisa analisa o contexto estancieiro a partir dos relatos de viajantes e das pesquisas arqueológicas. Os viajantes descreviam as estâncias como um ambiente rústico, onde a aquisição e construção material não serviam como símbolo de poder econômico e, portanto, não davam ênfase às mesmas. Dessa forma o relato dos viajantes aponta para a semelhança entre as estâncias e sua carência material.

Após a apresentação das considerações feitas pelos viajantes, Santi (2004:100) afirma que “a formatação descrita pela visão dos viajantes pode ser contrastada e, às vezes, confirmada através da arqueologia, que busca nos artefatos residuais informações a respeito de uma época que está impressa nos objetos”.

Para demonstrar a potencialidade interpretativa da Arqueologia no que concerne às estâncias do século XIX, Santi (2004:101) aborda a intervenção arqueológica realizada na Estância Velha do Jarau, pois é a única estância da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul com período ativo no início do século XIX a ser estudada a partir de seus remanescentes materiais.

Assim, Santi (2004) descreve a Estância Velha do Jarau como, primeiramente, de cunho familiar e um local de utilização massiva de carne bovina. Na Estância Velha do Jarau era necessário que se gerassem os próprios recursos para a subsistência por causa da distância dos centros urbanos, sendo que dessa forma carnear era uma atividade corriqueira. Isso fica visível no registro arqueológico, pois há ossos e outros materiais desse trabalho no sítio arqueológico.

Santi (2004:110) também aponta para a presença de poucos fragmentos de louças finas na cultura material remanescente da Estância Velha do Jarau, sendo que isso pode indicar um certo aprimoramento dos hábitos e, ao mesmo tempo, evidenciam algumas práticas não alteradas devido à continuidade da tradição.

Analisando o ambiente belicoso da fronteira, Santi (2004) afirma que em momentos de guerra a estância poderia servir como um verdadeiro forte, abastecendo as tropas, tanto de alimento como munição, e também com material humano, isto é, muitas vezes os peões viravam soldados. O registro arqueológico dessa atividade na estância é composto por cartuchos de pistola, fuzil, projéteis, cabo de revolver, etc.

Assim, Santi (2004:111) conclui que:

Tanto a visão arqueológica quanto dos viajantes retratam a simplicidade estancieira e nos passam uma ideia de austeridade, sobriedade e, sobretudo de pobreza. Entretanto, alguns objetos resgatados arqueologicamente demonstram que esta realidade, de certa forma, independia da vontade dos estancieiros.

A pesquisa desenvolvida por Santi (2004) é interessante para perceber como a Estância Velha do Jarau está inserida num processo histórico importante de demarcação de limites e de produção econômica do Rio Grande do Sul, além de firmar alguns padrões de comportamento e conduta, pois “as estâncias contribuíram para a formação de uma base econômica na fronteira, mas são fundamentalmente ambientes cujas organização e relações dão origem a um referencial cultural que caracteristicamente denomina-se de ‘gaúcho da fronteira’” (SANTI, 2004:102).



Toledo (2008) apresenta os lugares e espaços da Estância Velha do Jarau juntamente com a análise das louças provenientes das intervenções arqueológicas realizadas em 2001 e 2006. A pesquisa buscou apresentar a combinação cotidiano/cultura material, demonstrando como a partir desta é possível compreender a vida diária de uma estância na fronteira sulina do século XIX. Justamente a cultura material é que vai demonstrar o corriqueiro e o banal do contexto estancieiro, não se focando apenas nos acontecimentos políticos, econômicos e da esfera pública dos ocupantes da estância (TOLEDO, 2008:15).

Para Toledo (2008), as louças da Estância Velha do Jarau podem ser compreendidas no contexto de um sítio rural, distante dos núcleos urbanos, mas que possuía itens industrializados, possivelmente para uso dos proprietários, que se distinguiriam dos demais habitantes da estância, utilizando esses objetos para reafirmar a hierarquia social presente no local. Sendo assim, “as louças estão diretamente relacionadas aos ambientes da estância em que a família nuclear habitava e se relacionava, como, por exemplo, a cozinha, o avarandado, a quinta e o pátio” (TOLEDO, 2008:54).

A maioria das louças da Estância Velha do Jarau são faianças finas não decoradas, sendo a categoria de louças mais baratas (porém deve-se deixar claro que uma peça decorada pode ter se quebrado em diversos fragmentos brancos). Entre as louças decoradas, a maioria é de louças mais caras como borrão e *transfer printing*. As mais baratas são *Shell Edged*, *Spatter*, *Sponge* e *Dipped*, encontradas em poucas evidências na estância. Dessa maneira, “isso demonstra como os proprietários da estância tinham condições econômicas de adquirir louças caras, mas que ao mesmo tempo não tinham a preocupação de adquirir conjuntos completos ou grandes quantidades de louça” (TOLEDO, 2008:55).

Além de faianças finas (a categoria de louças predominante na estância), também foram encontrados grés, cerâmica vidrada, *ironstone* e porcelanas, em menores quantidades, mas importantes para perceber a multiplicidade de artefatos e objetos utilizados na estância.

A autora afirma que pesquisar uma estância pelo seu viés doméstico é importante para ampliar o conhecimento sobre a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul no século XIX, fortemente marcada por estudos que priorizam seu aspecto militar, violento e de instabilidades quanto aos limites frente ao Estado uruguaio. Sendo que:

Perceber o aspecto doméstico da estância, costumes cotidianos e a vida material da mesma permite mostrar como a fronteira também é um espaço de



convívio, e não só de violência; que é um espaço de trocas culturais e comerciais; de sociabilização; de organização familiar, mesmo que o pano de fundo disso tudo seja a necessidade ou a vontade de garantir a posse dos territórios (TOLEDO, 2008:70).

E por fim, Thomasi (2008) apresenta as características gerais da estância, afirmando que foram desenvolvidas diversas atividades no local, desde as práticas domésticas até a forte presença militar e ofensiva, passando pelas lides do campo e subsistência da estância (THOMASI, 2008:6).

A autora aponta para uma característica muito importante relacionada às estâncias, isto é, há uma identificação com esses locais como sendo o ambiente originário do “gaúcho”, e até hoje valorizados por sua rusticidade e até mesmo violência. Esse território é considerado o lugar de formação ou “criação” da identidade gaúcha ou gauchesca. “Essa criação idealizou hábitos, ignorou certos aspectos, criando uma mítica que envolve o gaúcho e seus costumes que nem sempre encontraram apoio na cultura material” (THOMASI, 2008:7).

Após essas considerações a respeito do contexto da estância, Thomasi afirma que “as evidências recuperadas nas pesquisas arqueológicas possibilitam a reconstituição de um quadro mais amplo sobre os modos de vida e o cotidiano de grupos domésticos do passado” (2008:32), sendo que dessa forma serão apresentados os metais recuperados nas escavações arqueológicas empreendidas na Estância Velha do Jarau.

No que se refere à especificidade dos metais, a autora afirma que os mesmos têm a necessidade de um processo de limpeza e conservação diferente e mais aprimorado que os outros materiais.

Em um primeiro momento, apresenta a cultura material relacionada aos hábitos à mesa, representado pelos talheres e panelas. Sobre vestimentas, Thomasi (2008) apresenta os botões encontrados, sendo um deles de origem uruguaia, com uma inscrição em alto-relevo do escudo da República Uruguaia, e os demais botões de origem parisiense e inglesa.

Os talheres e os botões representam o cotidiano e a vida particular da estância, enquanto que a tralha bélica representa o ambiente extremamente militarizado que é a fronteira ou a campanha, nesse período histórico, caracterizando o espaço público estancieiro. A tralha equestre da estância mostra a presença de animais no sítio, tanto o gado



equino, quanto o muar e ovino, tendo sido encontradas uma tesoura de tosquia e os aparatos para mulas e cavalos (objetos de montaria são abundantes no sítio). Em relação às ferramentas agrícolas, podem-se localizar peças como o arado e a foice, que indicam a presença de lavouras de subsistência na estância, pois como afirma Thomasi (2008:51) “nem só de carne se vivia, mas também de outros víveres, como uma pequena roça de subsistência, produzindo milho, mandioca, batata doce”.

Assim, para concluir, a autora afirma que:

A partir da cultura material resgatada das diversas escavações desenvolvidas pelo LEPA, é possível observar uma grande variedade de peças, inseridas nas atividades cotidianas da estância, tanto dentro de casa, nas tarefas domésticas, como inclusive na presença de objetos adaptados à cultura europeia em que estava inserida, quanto nas atividades de campo, como a agricultura e as atividades de montaria, tão frequentes no Rio Grande do Sul, além disso, existe a presença de peças relacionadas a armamento e belicismo, objetos típicos de uma região conflituosa com a fronteira Brasil-Uruguai, inseridas em seu período histórico (THOMASI, 2008:54).



Com isso, percebe-se que nesses espaços já há uma forte identificação e reconhecimento do local como sendo importante para a história do Rio Grande do Sul, ou seja, o patrimônio arqueológico histórico já possui um valor agregado, o que contribui para sua preservação, mesmo que seja de forma idealizada e romantizada.

A pesquisa arqueológica, nesse contexto, pode contribuir para a ampliação do reconhecimento local, possibilitando que se valorizem outros aspectos do cotidiano estancieiro, para que a identidade gaúcha torne-se cada vez mais plural e heterogênea e, dessa forma, represente a diversificada população sul-rio-grandense.

Pode-se perceber que a Estância Velha do Jarau tem um grande potencial para se trabalhar com as noções de patrimônio arqueológico, cultural, além de ser um importante marco para a história local e regional, o que facilita a identificação com o local. As pesquisas arqueológicas contribuem para a valorização desse passado e desse patrimônio de forma objetiva, mas que precisa de divulgação ampla e participação do público para que se transforme em herança para as gerações futuras.

PROPOSTAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E ARQUEOLOGIA

Com a apresentação dos sítios arqueológicos quaraienses já pesquisados e divulgados no meio acadêmico, pode-se realizar uma conexão entre eles. O que pode servir de base para muitas propostas de aproximação da comunidade com a Arqueologia, visto que essa síntese relacional é um instrumento para atividades de Educação Patrimonial ou simplesmente de divulgação do patrimônio local.

A divulgação dos resultados das pesquisas em um único trabalho que os relacione pode facilitar o desenvolvimento de atividades educativas em escolas, museus, espaços culturais, ou mesmo em projetos turísticos do Município, pois esse trabalho pode ser usado por professores, museólogos, turismólogos e outros agentes locais que estejam interessados em divulgar o patrimônio de Quaraí.

A síntese apresentada a seguir é uma proposta de como tornar a pesquisa arqueológica algo interessante e mais próxima da comunidade, mostrando algumas características fundamentais de cada sítio arqueológico e sua importância para a história e pré-história do local.

Os trabalho e pesquisas no sítio arqueológico do Areal apresentam as características fundamentais dos caçadores-coletores (de forma geral, conhecidos como indígenas) da região. Tanto o trabalho de Lemes como o de Marion apontam a importante relação do homem pretérito com o meio em que estava vivendo. Com isso, pode-se considerar o território como um fator de relação desses caçadores-coletores e os habitantes que hoje vivem nesse mesmo território, com outras tecnologias e formas de adaptação ao meio ambiente.

A difícil identificação com o passado pré-histórico pode ser diminuída com esse tipo de abordagem. Quando se busca uma ligação através do território, facilita-se o entendimento de que o local em que se vive na atualidade já foi habitado por povos diferentes, com cultura e modos de vida diversos. É nesse sentido, que se busca uma aproximação com a comunidade atual, através dos conceitos de alteridade e valorização da cultura indígena. E essa valorização e reconhecimento só se tornam possíveis através da pesquisa. Sem conhecimento a respeito das populações pretéritas que habitaram o local é impossível apresentar de forma consistente o passado pré-histórico do local.

Dessa forma, as pesquisas arqueológicas apresentadas na dissertação são fundamentais para o início de um processo de valorização dessa história, muitas vezes tratada de



forma homogênea, como se todos os índios brasileiros fossem iguais, não se considerando as diferenças entre eles, que inclusive são muitas e que já foram bastante pesquisadas e devem ser mais bem divulgadas.

Os outros sítios arqueológicos apresentados já se referem a períodos mais recentes da história, referenciados pela localização fronteiriça, ou seja, são de um período de instabilidades na região, onde estão se estruturando e delimitando os limites territoriais ou mesmo de uma época em que brasileiros e uruguaios atuavam em ambos os territórios.

Nesse contexto as pesquisas, mesmo que incipientes, relativas aos saladeiros São Carlos e Novo Quaraí, apontam para uma pré-existente identificação com os locais, uma vez que a memória desse passado ainda está bastante viva nos antigos moradores do bairro Saladeiro do município de Quaraí. Isso foi identificado através das entrevistas realizadas com os moradores, que reconheceram que desejam ver as ruínas do saladeiro novamente funcionando, mesmo que com outras finalidades.

Esse sentimento é muito importante para a valorização e preservação do patrimônio arqueológico histórico do município. E para que isso seja perpetuado é importante mais pesquisas e divulgação sobre o conhecimento produzido referente a esses saladeiros, uma vez que os autores Volkmer e Milder apontam a importância de valorizar Quaraí como um local produtor de charque, de maneira industrial, no período posterior ao auge da produção pelotense. Com isso, Quaraí seria reconhecida de forma geral, como uma cidade produtora de charque, como é reconhecida Pelotas, e não somente os pesquisadores, historiadores e arqueólogos ou alguns moradores antigos do município saberiam sobre esse passado da cidade.

Esse é um dos fatores que podem contribuir para a identificação do patrimônio local, uma vez que quanto mais conhecimento e mais divulgação, mais facilitada fica a preservação destes e conseqüentemente há mais reconhecimento e valorização do passado local. Nesse sentido, Chagas (2000:15) afirma que “marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes”.

Ainda nesse contexto, apresentou-se o sítio Estância Velha do Jarau, já bastante pesquisado e com muitos resultados que podem contribuir sobremaneira para a identificação e valorização do patrimônio local. Ambos os trabalhos apresentados apontam as estâncias como elementos fundamentais para entender a história do Rio Grande do Sul e também



do Brasil, visto que elas foram fundamentais para a consolidação dos limites territoriais do Estado brasileiro frente ao uruguaio.

Além de um fator fundamental da história, as estâncias também podem ser consideradas um referencial da cultura do Rio Grande do Sul, uma vez que é entendida como o local do “verdadeiro gaúcho”, ou seja, há uma romantização e idealização desse espaço como sendo o ambiente em que se desenvolveram as características fundamentais do povo gaúcho, sejam elas a valentia, o trato com o gado, a vida no campo, etc. Essa ideia de identidade gaúcha para todo sul-rio-grandense pode ser mais bem compreendida se as pesquisas realizadas forem divulgadas, mostrando a heterogeneidade da cultura do Estado e mesmo a história plural das estâncias, onde habitavam os estancieiros, mas também os peões, escravos, mulheres, agregados, caseiros, etc., ou seja, era um ambiente muito diversificado e múltiplo que merece ser mais bem compreendido pelos que cultuam as tradições do campo e da vida estancieira.

Não há como negar que existe uma forte identificação com o passado das estâncias, das guerras empreendidas para a formação dos estados-nacionais, e com a vida campeira, porém é preciso perceber que há um movimento contrário a essa exaltação somente do tipo gaúcho, buscando resgatar a diversidade e multiculturalidade do estado.

E é nesse sentido que a pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau é importante, ou seja, ao mesmo tempo em que deseja valorizar esse passado, também quer mostrar como há outras formas de interpretação desse mesmo passado, onde a idealização sem conhecimento histórico dá lugar a interpretações múltiplas que valorizam os diversos atores sociais que participaram da construção histórica desse período. Da mesma maneira, Gomes (2001) afirmou que a pesquisa arqueológica pode contribuir para que as estâncias sejam vistas de forma mais fidedigna.

Através da pesquisa na Estância Velha do Jarau, pode-se entender a vida cotidiana dos habitantes da fronteira e também identificar o patrimônio imaterial desse ambiente, como, por exemplo, a lenda da Salamanca do Jarau, um patrimônio relacionado a esse local, até hoje contada e referenciada no cerro do Jarau. Assim, Thomasi (2008) denominou o cerro como sendo um espaço-memória, ou seja, é um local importante para a identificação de mais um patrimônio quaraíense.

Assim, pode-se considerar o município de Quaraí, como um território patrimonial, já que se relacionou a identificação dos patrimônios ao território, desde a ocupação dos



caçadores-coletores até a delimitação do território atual brasileiro. Entende-se a caracterização desse espaço como uma tentativa de reunir todos os aspectos necessários à compreensão do lugar. “Ao compreendermos os lugares onde as pessoas viveram, começamos a compreender a estreita ligação entre as pessoas e o seu patrimônio, entre as ideias e os objectos, entre os valores intangíveis e tangíveis” (ALÇADA, 2007:25).

Assim, pode-se afirmar que o território do município de Quaraí é múltiplo e representativo de diferentes momentos históricos que se interconectam e se relacionam quando se articula uma ideia de patrimônio cultural, objetivando a preservação e valorização da história e pré-história local.

CONCLUSÃO

Com esse trabalho pode-se perceber a importância da compilação de resultados de pesquisas já desenvolvidas, com o objetivo de sistematizar o conhecimento para que a divulgação seja facilitada. Com esse pensamento, é que foram organizados os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no município de Quaraí, em forma de sínteses e algumas reflexões sobre a identificação do patrimônio local através dessas pesquisas.

Espera-se que esta compilação de pesquisas arqueológicas possa contribuir para a maior divulgação do conhecimento científico para a comunidade civil leiga, já que é um trabalho que busca apresentar e mostrar a importância da preservação dos patrimônios já estudados e pesquisados pela Arqueologia.

As pesquisas apresentadas nesse trabalho estão inseridas no Projeto Salamanca, sendo que este Projeto inicialmente tinha diversos objetivos, muitos já alcançados, porém ainda precisa desenvolver as atividades que objetivam o maior contato com a população local. Sabe-se que muitas vezes isso independe da vontade do pesquisador, precisando de apoio e respaldo do poder público local para que possam ser efetivadas atividades educativas referentes à Arqueologia e ao Patrimônio Cultural na rede de ensino, em museus ou espaços culturais da cidade. Assim, esse trabalho pode ser visto como um instrumento de sensibilização ou mesmo informação para professores, dirigentes locais, museólogos, turismólogos, educadores, etc. Muitas vezes, são esses profissionais que vão dar continuidade ao processo educativo e de divulgação do patrimônio, já que são eles que têm a capacidade de transformar o conhecimento produzido na academia em algo acessível para alunos, turistas e pessoas da comunidade.



Assim, sem querer tirar a responsabilidade do arqueólogo, esse trabalho pode ser entendido como o resultado de muitos anos de pesquisa arqueológica, que agora precisa ir adiante e alcançar de fato seu maior objetivo (que muitas vezes fica em segundo plano ou mesmo esquecido): o reconhecimento por parte da comunidade local do patrimônio identificado na pesquisa arqueológica, para que ocorra a valorização e preservação deste patrimônio e a consequente construção de identidades mais plurais que respeitem a alteridade e a diferença cultural.

Buscou-se também mostrar como o município de Quaraí é um território patrimonial, considerando a ligação entre os sítios arqueológicos apresentados. O elo que os une é o território, a localização, pois os sítios são diversos em temporalidades, culturas, materiais e história, mas apontam as características das populações que habitaram o atual município de Quaraí, deixando marcas que devem ser identificadas para a compreensão do processo de formação do território.

Assim, sítio do Areal, Saladeiro São Carlos e Novo Quaraí e Estância Velha do Jarau são patrimônios arqueológicos, históricos, culturais que devem ser divulgados de forma ampla e plural. Além de identificados como patrimônios, que sirvam para que a memória local seja múltipla e representativa dos diferentes momentos históricos pelos quais o território passou e foi se alterando e formando a história local/regional.

Dessa forma, esse trabalho é o fim de muitas pesquisas já realizadas e o começo de muitas atividades que podem e devem ser empreendidas para que o patrimônio local seja de fato compreendido como fundamental para a construção de identidades, manutenção da memória, valorização das diferenças e principalmente autonomia da comunidade, que conhecendo seu passado, pode entender a sua situação atual e lutar por um futuro melhor.

Grasiela Tebaldi Toledo

Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, RS



REFERÊNCIAS

- ALÇADA, M. 2007. “Documentar para preservar”. *Práxis archaeologica*. n. 2, 23-30
- BASTOS, R. L. 2007. “O papel da Arqueologia na inclusão social”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN, n. 33
- BRUNO, M. C. O. 1996. “Museus de arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 6
- _____. 2005. “Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 31
- CALDARELLI, S. L. 2007. “Pesquisa arqueológica em projetos de infra-estrutura: a opção pela preservação”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n.33
- CHAGAS, M. D. 2000. *Memória e poder: dois movimentos*. Universidade do Rio de Janeiro
- FUNARI, P. P. PELEGRINI, S.C.A.2006. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- GOMES, F. F. F. 2001. *Aspectos da cultura material e espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828 – 1905): um estudo de caso em arqueologia histórica rural*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- HORTA, M. L. P. 2000. “Fundamentos da educação patrimonial”. *Revista da FAPA*, n. 27, jan/jun, 25-35
- HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. 1999. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial
- LEMES, L. 2008. *O Sítio do Areal e a região do Rincão do Inferno: a variabilidade gestual e o modelo locacional para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado Universidade de São Paulo
- MARION, R. P. 2008. *Um Sítio arqueológico em meio aos Arais de Quaraí/RS: uma proposta de interpretação espacial*. Monografia de Conclusão de Curso,



- MENESES, U. T. B. 2007. “Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia”. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33
- MILDER, S. E. S. 2000. *Arqueologia do sudoeste do Rio Grande do Sul: uma perspectiva geoarqueológica*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo
- MORAIS, J. L. 2006. “Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva”. *Patrimônio: atualizando o debate*. IPHAN
- NOGUEIRA, A. G. R. 2007. “Inventário e Patrimônio Cultural no Brasil”. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 257-268
- OLIVEIRA, J. E. 2005. “Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania”. In: FUNARI, Paulo; ORSER, Charles; SCHIAVETTO, Solange (Orgs.). *Identidades, discurso e poder: Estudos de Arqueologia Contemporânea*. São Paulo: Annablume
- PELEGRINI, S. C. A. 2006. “Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 51, 115-140
- SANTI, J. R. 2004. *Estabelecimento de estâncias: estratégia imposta pela Coroa luso-brasileira na fixação dos limites da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria
- TAMANINI, E. 1998. “Museu, arqueologia e o público: um olhar necessário”. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: Unicamp, 179-220
- THOMASI, D. I. 2008. *Metais da Estância Velha do Jarau-Quaraí-RS: uma análise do cotidiano de uma estância na fronteira Brasil-Uruguaí no século XIX através da Arqueologia Histórica*. Monografia de Especialização, Universidade Regional Integrada, Erechim
- TOLEDO, G. T. 2008. *A Estância Velha do Jarau e o contexto fronteiriço: os lugares e as louças no espaço doméstico*. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Maria



VOLKMER, M. S. MILDER, S.E.S. 2003. “O Processo de reestruturação econômica no Rio Grande do Sul: aspectos da indústria do charque na fronteira platina”. *Anais do VII Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Pós-Graduação Latino-Americana*. São José dos Campos

_____. 2003b. “Vida e memória nas ruínas de um saladeiro”. *Anais do XII Congresso de Iniciação Científica da UFPel*. Pelotas

